

**PARECER DE CONFORMIDADE**  
**AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL**  
**CONSTRUÇÃO DA UNIDADE COMERCIAL – AZORES RETAIL PARK**  
**FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO**

**REGISTO: INT-SRAAC/2024/3178**

## **1. INTRODUÇÃO**

A coberto de mensagem de correio eletrónico foi rececionado, no passado dia 13 de março, na Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) ao projeto mencionado em epígrafe, submetido pela empresa SAPORE – SIC IMOBILIÁRIA FECHADA, S.A.

Após análise preliminar, foi entendimento da autoridade ambiental de que, tendo em conta o n.º 1 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional (DLR) n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, diploma que estabeleceu o regime jurídico a que fica sujeita a avaliação de determinados planos e programas no ambiente, bem como a avaliação de impacte ambiental de projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente (AILA), o estudo de impacte ambiental e todos os elementos relevantes para a avaliação do impacte ambiental deveriam transitar, forçosamente, pela entidade licenciadora ou competente para a autorização à autoridade ambiental, o que não havia acontecido. Aliás, a própria contagem de prazos legais associados ao procedimento só poderia ser iniciada com a receção, pela autoridade ambiental, da documentação legalmente considerada e proveniente da entidade licenciadora.

Nestes termos e em detrimento da devolução do processo ao promotor, foi solicitado à Câmara Municipal de Ponta Delgada, pelo ofício SAID-SRAAC/2024/2998 de 15 de março de 2024, (com conhecimento, também, para o endereço de correio eletrónico indicado pelo promotor, para posteriores contactos) que na qualidade de entidade licenciadora do empreendimento, pudesse proceder à confirmação da receção do EIA e projeto, bem como à averiguação da existência de adequada conjuntura processual do processo de licenciamento tendente ao início do procedimento de AIA, a informar à autoridade ambiental.

A 10 de abril último, foi recebido ofício-resposta da entidade licenciadora que permitiu dar início ao procedimento, sobre o qual nos debruçamos, no dia útil imediatamente seguinte, dia 11 de abril de 2022.

Posteriormente e em conformidade com o definido no Diploma AILA, foi constituída a Comissão de Avaliação (CA) do EIA, composta pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados, cujos representantes foram nomeados pelos respetivos dirigentes:

- Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental da Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, que preside à CA, representada por Nuno Pacheco, que será substituído nas suas faltas e impedimentos por Carlos Faria;
- Divisão de Gestão de Resíduos da Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, representada por Sónia Alves;
- Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas de São Miguel (SAACSM), representado por Nuno Loura;
- Serviço da administração pública com competência em matéria de recursos hídricos da Direção Regional do Ambiente e Ação Climática, representada por Filipe Empis;
- Serviço da administração pública com competência em matéria de ordenamento territorial da Direção Regional dos Recursos Florestais e Ordenamento Territorial, representada por Ana Rita Dinis;
- Câmara Municipal de Ponta Delgada, na qualidade de entidade licenciadora do projeto, representada por Luís Miguel Garcia.

Todos os documentos entregues, em suporte digital, foram disponibilizados aos técnicos envolvidos na CA, através da rede informática, para adequada apreciação individual.

Assim, com recurso a esta metodologia viabilizou-se a emissão do presente parecer coletivo de apreciação da conformidade do presente EIA com a legislação em vigor, tendo em conta os objetivos inerentes ao procedimento de AIA.

## **2. APRECIÇÃO GENÉRICA DO EIA**

O EIA ao projeto de “Construção de Unidade Comercial – Azores Retail Park”, é constituído pelo Relatório Técnico (RT) e respetivos anexos, bem como pelo Resumo Não Técnico (RNT). Com este, foi submetido o Projeto de Execução, que integra um projeto de arquitetura, um projeto de demolição e um projeto de remodelação de terreno. O EIA procura, através deste conjunto de documentos, cobrir todo o conteúdo exigido pelo Diploma AILA.

O RT começa por identificar os objetivos gerais do Estudo, prosseguindo com a identificação do projeto, a fase em que o mesmo se encontra, o proponente e a autoridade ambiental. Embora não seja referida a entidade licenciadora, a CA esclarece que a mesma é a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Continua com o enquadramento legal do procedimento de AIA, bem como com a exposição da metodologia e estrutura geral do EIA.

Em rigor é assumido que a sua estrutura teve como principal orientação a legislação vigente neste domínio na Região Autónoma dos Açores, bem como os documentos orientadores da Agência Portuguesa do Ambiente, para este domínio.

Ainda e no mesmo capítulo, o documento apresenta a equipa responsável pela elaboração do EIA e as principais habilitações dos seus membros.

Seguidamente o RT apresenta o projeto, os seus objetivos e justificação para o mesmo, as principais características técnicas, realizando, ainda, uma resumida apresentação dos principais trabalhos a desenvolver no processo de construção, bem como a organização funcional do empreendimento.

Prossegue com a análise da compatibilidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial e condicionantes do território.

O RT continua com a caracterização da situação de referência da área de estudo, recorrendo aos fatores ambientais que considerou pertinentes para esta exposição. São seguidamente identificados os impactes ambientais perspetivados para as fases de construção e exploração, acompanhados de propostas de medidas de mitigação dos efeitos negativos. O EIA não preconiza, à partida, qualquer programa de monitorização, terminando com um capítulo com considerações finais, onde são abordadas as alternativas ao projeto.

O RNT, através de questões nele contidas, responde às razões do procedimento de AIA, identifica as entidades envolvidas, descreve o projeto, apresenta sucintamente a área de estudo, os impactes resultantes da execução do projeto, as medidas que propõe no sentido de minimizar os efeitos negativos, com uma linguagem mais acessível ao público em geral, resumindo os aspetos a que foi dada maior relevância no RT. A CA considera o RNT, no essencial, adequado.

### **3. APRECIÇÃO ESPECÍFICA DO RELATÓRIO TÉCNICO E DO RESUMO NÃO TÉCNICO COMO DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DO EIA**

No presente capítulo do parecer expõem-se as apreciações da CA específicas para os diferentes conteúdos dos volumes obrigatórios do EIA, feitas com o objetivo de verificar a informação essencial disponível (incluindo o seu rigor), aferindo se estão reunidas as condições para este ser disponibilizado para Consulta Pública, se necessita ainda de aperfeiçoamentos imprescindíveis ou até de se proceder à sua total reformulação.

### **3.1 – Relatório Técnico**

Neste ponto do parecer, as apreciações serão expostas seguindo a estrutura interna do RT.

Poderão existir imperfeições no RT não referidas neste parecer, se as mesmas forem consideradas irrelevantes para expressa menção e não comprometerem a conformidade do EIA.

### **Capítulo 1 – INTRODUÇÃO**

Neste capítulo, o EIA começa por identificar o projeto, os objetivos gerais do Estudo, a fase em que o projeto se encontra, o proponente, bem como a autoridade ambiental. Embora não seja referida a entidade licenciadora, a CA esclarece que a mesma é a Câmara Municipal de Ponta Delgada. Continua com o enquadramento legal do procedimento de AIA, bem como com a exposição da metodologia e estrutura geral do EIA, onde se inclui um Resumo Não Técnico e o Relatório Técnico.

É, ainda, descrita a composição da equipa técnica responsável pela elaboração do EIA, com a discriminação das principais habilitações dos seus elementos.

A CA considera adequada a exposição realizada, não tendo qualquer comentário a efetuar.

### **Capítulo 2 – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO**

De acordo com os documentos apresentados, a unidade comercial proposta é constituída por um edifício principal, onde se localizam 8 frações de comércio, uma cave parcial destinada a estacionamento, um edifício secundário com uma fração de serviços, um parque de estacionamento à superfície, uma zona para cargas/descargas e áreas ajardinadas circundantes.

O projeto prevê uma área total de construção de 20 244,00m<sup>2</sup>, sendo 13 162,00m<sup>2</sup> acima do solo e a restante área de construção é em cave, estando previstos um total de 867 lugares de estacionamento.

A caracterização apresentada no estudo é suficiente, nada havendo a comentar.

## **Enquadramento Geográfico**

O empreendimento projetado situa-se na zona norte da cidade de Ponta Delgada, beneficiando de uma localização privilegiada, fruto da proximidade a um dos mais movimentados e relevantes eixos rodoviários da cidade de Ponta Delgada – o nó do hospital, de acesso à segunda circular de Ponta Delgada – bem como de um conjunto de infraestruturas e equipamentos situados nas suas imediações, designadamente o hospital, o centro de saúde de Ponta Delgada, assim como um conjunto de edifícios de comércio, serviços e habitação.

A área de intervenção é um prédio urbano com 42 911,70 m<sup>2</sup> que se desenvolve sensivelmente entre os 85 e os 95 metros de altitude, numa zona aplanada, de declives inferiores a 15° com uma pendente para sul.

Sobre o enquadramento geográfico consideram-se suficientes os elementos apresentados.

## **Objetivo e justificação do projeto**

O objetivo do projeto é o licenciamento de obras de edificação de uma unidade comercial, incluindo arranjos exteriores, bem como a execução de uma nova infraestrutura urbana constituída pelo prolongamento da Rua Dr. José Estrela Rego, pela criação de um novo arruamento que delimita o perímetro exterior do Retail Park (incluindo baías de estacionamento destinadas a ceder ao domínio público) e pela criação de uma nova ligação viária entre a via de acesso à “Via Rápida Circular” e o empreendimento.

É, ainda, objetivo do projeto garantir uma integração urbana e paisagística o mais harmoniosa possível, procurando, de igual forma, minimizar o impacte na rede viária envolvente.

## **Descrição do projeto**

O projeto em estudo refere-se à edificação de uma unidade comercial, o “Azores Retail Park”, localizado na freguesia da São Sebastião, concelho da Ponta Delgada, ilha de São Miguel, constituído por dois edifícios, respetivos arruamentos, espaços verdes e estacionamento.

A intervenção projetada contempla igualmente a execução de uma nova infraestrutura urbana constituída pelo prolongamento da Rua Dr. José Estrela Rego, pela criação de um novo arruamento que delimita o perímetro exterior do empreendimento, incluindo baías de estacionamento destinadas a ceder ao domínio público, bem como a criação de uma ligação viária de acesso ao empreendimento e a sua devida interligação com a rede viária existente, nomeadamente na zona do nó de acesso à circular de Ponta Delgada.

## **Conformidade com Condicionantes e Ordenamento do Território**

Neste subcapítulo do RT são apresentados fundamentos para a conformidade do mesmo com os vários Instrumentos de Gestão Territorial que abrangem o local da sua implantação, nomeadamente: Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores, Plano de Ordenamento Turístico da RAA e Plano Diretor Municipal de Ponta Delgada, sendo que apenas se questiona qual a justificação para o enquadramento no Plano de Ordenamento Turístico da RAA, face aos demais Planos Setoriais, como por exemplo o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores. Além disso, o estudo apresenta ainda o enquadramento com as condicionantes legais em vigor (Aeroportos e Aeródromos, Rede Viária e Defesa Nacional e Segurança Pública).

O RT não caracteriza o Ordenamento do Território, enquanto descritor, nem apresenta impactes ambientais associados ao mesmo, sendo apenas efetuado o enquadramento no capítulo 2.4 Conformidade com Condicionantes e Ordenamento do Território. Nada há a opor a esta questão, uma vez que se trata de um empreendimento comercial em Solo Urbano, o qual não conflitua com os objetivos e disposições regulamentares do PDM Ponta Delgada.

## **Capítulo 3 – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA**

A equipa do EIA começa por expor as fontes utilizadas para a caracterização da situação de referência, ao que se segue a listagem dos fatores ambientais considerados significativos para este procedimento de AIA, integrando, ainda, uma figura com o enquadramento geral da área do projeto. Prossegue com a caracterização da situação de referência, de acordo com os fatores ambientais atrás por ela considerados significativos para este procedimento de AIA.

A apreciação abaixo exposta dentro dos vários fatores ambientais discriminados no RT, foi repartida pelos vários técnicos que integram a CA, tendo em atenção a distribuição das competências dos serviços que os mesmos representam.

### **- Clima**

O RT começa por expor a metodologia e fontes utilizadas para a realização da caracterização do clima nos Açores e em particular na ilha de S. Miguel e da área de implantação do projeto. Recorrendo, no essencial, a dados da estação de Ponta Delgada / Nordela, a caracterização assenta nos parâmetros temperatura do ar, precipitação, humidade relativa do ar e vento. A CA considera suficiente a caracterização apresentada e nada de relevante tem a referir neste parecer sobre este fator ambiental.

## **- Geologia e Geomorfologia**

Neste fator ambiental, é realizada a sumária caracterização geológica, geotécnica e geomorfológica da ilha de S. Miguel, a qual é mais aprofundada para a área de estudo – Região dos Picos, sendo também abordado o essencial da tectónica. Refira-se a existência de uma tabela com as principais características das formações geológicas presente na área de estudo.

Ainda neste descritor, é abordada a temática dos riscos geológicos com maior probabilidade de ocorrência na ilha e, com maior pormenor, os mais prováveis na área de estudo.

A CA considera que foi fornecida informação suficiente para os objetivos da consulta pública e apreciação dos impactes do projeto ao nível deste fator ambiental.

## **- Recursos Hídricos**

O EIA para a caracterização de referência deste Descritor Ambiental começa por apresentar a metodologia utilizada referindo que a mesma foi realizada com recurso a vária documentação, documentos oficiais e normativos, como o Plano Regional da Água e Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, (PGRH-Açores, 2021)

A análise realizada enquadrrou a área de estudo em diferentes aspetos, nomeadamente Recursos Hídricos Superficiais, Recursos Hídricos Subterrâneos e Infraestruturas de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais.

No que respeita aos Recursos Hídricos Superficiais, o EIA apresenta uma caracterização sucinta da rede hidrográfica da ilha, considerando o regime torrencial como predominante e relacionando a maior ou menor estruturação da rede com as características das formações geológicas. Seguidamente apresenta uma figura com o enquadramento da área de estudo no contexto da hidrografia da Ilha de São Miguel.

É indicado que a área do projeto se insere na Bacia Hidrográfica MIA74 e que o curso de água mais próximo, de nome desconhecido, está localizado a mais de 2 Km, para poente.

No que se refere aos Recursos Hídricos Subterrâneos, o EIA começa por referir a diversidade dos valores relativos aos parâmetros hidrodinâmicos observados nos aquíferos, tendo em conta a natureza dos materiais geológicos, nomeadamente formados por materiais lávicos ou materiais piroclásticos.

Seguidamente identifica 6 massas de água subterrâneas na Ilha de São Miguel, 1106 nascentes e 34 furos, seguindo-se a apresentação de uma imagem com o enquadramento da área de estudo no contexto dos recursos hídricos subterrâneos, verificando-se que a área de estudo se enquadra na massa de água subterrânea Ponta Delgada – Fenais da Luz.

Segue-se uma caracterização sucinta desta massa de água e a identificação do número de Captações (nascentes e furos) existente nesta massa de água.

É também apresentada a cartografia de vulnerabilidade à poluição das águas subterrâneas, verificando-se que na área de estudo predominam as classes de baixa a moderada vulnerabilidade, caracterizando as cargas poluentes como sendo difusas, com origem nas atividades pecuária e doméstica.

Relativamente às zonas potenciais de recarga de aquíferos, verifica-se que na área de estudo predomina a classe de recarga moderada.

Quanto às Infraestruturas de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais, o EIA refere que a área de estudo se enquadra em zona urbana e está dotada de infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, sendo os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ponta Delgada (SMASPD) a entidade gestora destas. São apresentadas as redes de abastecimento de água, drenagem das águas residuais e pluviais.

A CA considera suficiente a caracterização no RT, não tendo qualquer comentário a efetuar.

#### **- Solos**

Na caracterização da situação de referência o EIA junta num único fator ambiental a descrição pedológica e o uso ou ocupação deste.

Ao nível da caracterização pedológica dos solos, o EIA começa por referir a origem vulcânica dos materiais e o contexto climático de desenvolvimento. Destes resultaram solos, onde predominam os andossolos, os quais são objeto de breve caracterização química. A área de estudo coincide com uma área dominada por andossolos saturados normais e andossolos saturados pouco espessos.

O RT caracteriza o solo no âmbito da Carta de Ocupação do Solo da Região Autónoma dos Açores 2018 (COS.A/2018), enquadrando a área do terreno no terceiro nível hierárquico desta carta. Neste sentido, constata-se que o projeto se insere apenas em Prados e pastagens (nível 3), não havendo nada a acrescentar sobre esta análise.

A CA considera suficiente a caracterização pedológica e de uso do solo apresentada no EIA para avaliação dos impactos do projeto neste fator ambiental.

#### **- Ecologia**

O RT expõe a metodologia adotada na caracterização da componente ecológica da área de estudo identificando, separadamente, as espécies de fauna e flora presentes, bem como o seu estatuto de colonização e de conservação.



O RT caracteriza a componente florística da área de projeto como profundamente alterada por ação antropogénica e constituída por uma cobertura vegetal dominada por gramíneas e leguminosas que sustentam a pastagem que lá existe atualmente. É destacada a predominância de espécies exóticas e invasoras, que se encontram sistematizadas na Tabela. 3.10.

Assim, o RT avalia esta componente com um valor ecológico globalmente reduzido.

Quanto à fauna, o RT identifica, ainda, não só as espécies observadas durante os trabalhos de campo realizados, mas também aquelas cuja ocorrência ao nível da área do projeto e envolvente seja provável, informação que se encontra sistematizada na Tabela 3.11.

Não foram encontrados indícios de nidificação na área de projeto e as espécies identificadas e listadas são, de um modo geral, comuns a toda a ilha de São Miguel, não dependendo diretamente da área de estudo e envolvente para a sua conservação.

A CA considera suficiente a caracterização apresentada para este fator ambiental.

#### **- Paisagem**

No que concerne à Paisagem, o RT começa por expor a metodologia de caracterização da Paisagem, por explicar o conceito desta e a subjetividade muitas vezes inerentes à avaliação dos impactes sobre a mesma.

A análise da paisagem apresentada procede ao enquadramento geral, através do enquadramento biogeográfico, do relevo e morfologia, da flora, do povoamento e das unidades de paisagem, bem como dos espaços canais.

O EIA explica o conceito de unidades de paisagem e identifica e descreve a única unidade presente na área de projeto: Litoral Ponta Delgada/Lagoa, bem como, em termos mais específicos, da área do projeto.

Por fim, o EIA procede à apresentação dos critérios para a análise visual, apresentando a expressão cartográfica dos locais a partir dos quais a área de estudo é visível.

#### **- Ambiente Sonoro**

O RT apresenta um enquadramento teórico para o ruído, referindo, ainda, as principais diretrizes e parâmetros existentes na legislação regional em matéria de ruído. A caracterização da área de estudo prossegue com a identificação dos principais recetores sensíveis, bem como da metodologia adotada para a realização das medições de ruído realizadas em dois pontos de medição, os seus resultados e respetiva análise. A CA considera suficiente a caracterização apresentada para este fator ambiental.

#### **- Qualidade do Ar**

Para efeito de caracterização da situação de referência, o RT considerou os dados disponibilizados pelo Relatório da Qualidade do Ar (RQA) 2022, designadamente da estação de monitorização da qualidade do ar do Faial (tipologia rural de fundo), representativa dos Açores, bem como da de tipologia urbana de fundo de Ponta Delgada, atenta a proximidade à área do projeto.

O EIA identifica, ainda, as principais fontes de emissão de poluentes na área de estudo, bem como os principais recetores sensíveis.

Entende-se suficiente e adequada caracterização realizada.

#### **- Gestão de Resíduos**

O RT começa por explicar que a caracterização da situação de referência relativamente a este descritor foi desenvolvida no sentido de verificar a existência na ilha de S. Miguel de operadores de gestão de resíduos para os resíduos gerados pelo projeto nas fases de construção e exploração, identificando ainda o regime jurídico aplicável, assim como destacando a Lista Europeia de Resíduos (LER) como documento relevante para a caracterização dos resíduos produzidos.

Conclui, através da consulta do Portal dos Resíduos, que se verifica a existência de diversos operadores de gestão de resíduos em S. Miguel aptos à receção dos resíduos provenientes do projeto classificados com os códigos dos capítulos 13, 15, 17 e 20 da LER, apresentando especificamente a lista de operadores licenciados para a receção e solos e rochas (17 05 04) excedentários dos trabalhos de escavação previstos.

Refere ainda para a fase de exploração (funcionamento) a necessidade de inscrição no Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR), assim como a implementação e cumprimento do Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos (PIPGR), tendo em conta que prevê uma média de produção diária de resíduos superior a 1000 litros ou 250kg.

A CA considera que tendo em conta a fase de Projeto de Execução, o EIA poderia ter sido mais específico quanto às diferentes tipologias de resíduos expectáveis para ambas as fases (construção e exploração), com a apresentação de uma listagem dos mesmos, com os códigos LER correspondentes, e não apenas a identificação genérica dos capítulos da LER enquadráveis e soluções de encaminhamento em respeito pela hierarquia de gestão de resíduos.

Para a fase de construção, esta lacuna poderá ser colmatada com a apresentação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, conforme estabelecem os artigos 52.º e 53.º do Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de novembro, na sua redação atual, a apresentar posteriormente.

Para a fase de exploração (funcionamento), a CA considera que a lacuna poderá ser colmatada com a elaboração e aprovação do Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos (PIPGR), conforme referido no RT, nos termos dos artigos 38.º e 39.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, na sua redação atual, a apresentar em fase posterior.

### **– Socioeconomia**

O RT incide sobre os domínios da população, emprego, atividades económicas, infraestruturas e estabelecimentos.

No que respeita à população e emprego, é realizada a caracterização da Região, da ilha e do concelho, tendo por base informação dos resultados dos Censos de 2021.

No que concerne ao emprego, os dados apontam para uma taxa de desemprego no concelho de Ponta Delgada ligeiramente inferior à restante ilha de S. Miguel, mas superior, em quase um ponto percentual, à média da RAA. O EIA disponibiliza informação quanto à distribuição da população empregada pelos diversos sectores de atividade e conclui que o sector terciário é aquele que emprega maior percentagem de população no concelho de Ponta Delgada.

Para a caracterização das atividades económicas, o RT recorre aos dados disponibilizados pelo Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores 2020. A partir destes, é analisada a importância do tecido empresarial do concelho de Ponta Delgada em relação à ilha de S. Miguel e aos Açores, recorrendo a dados como o número de empresas, densidade de empresas (empresas/km<sup>2</sup>) e volume de negócios.

Quanto às infraestruturas e estabelecimentos, são identificados na área de estudo e na sua envolvente os principais focos de interesse socioeconómico, nomeadamente, pontos de interesse turístico e/ou lazer, estabelecimentos comerciais e/ou de serviços, bem como equipamentos públicos/coletivos.

A CA considera suficientes os dados de caracterização apresentados.

### **- Património**

A análise aos elementos patrimoniais presentes foi efetuada com base, por um lado, na listagem de imóveis classificados ou em vias de classificação do município de Ponta Delgada e Imóveis com valor arquitetónico, a qual consta do PDM de Ponta Delgada; e por outro no DLR n.º 3/2015/A, de 4 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico de proteção e valorização do património cultural móvel e imóvel, e do qual consta uma listagem de todos os conjuntos e imóveis classificados na RAA.

Tendo como área de análise um buffer de 100 metros estabelecido a partir dos limites da área de intervenção do projeto, conforme legislação em vigor, verifica-se que na área de estudo e sua envolvente (área de análise) não ocorrem quaisquer imóveis ou conjuntos classificados, sejam estes de interesse público ou municipal, monumentos nacionais ou regionais.

O RT refere apenas a existência, na zona central da área de estudo, de um imóvel com valor arquitetónico, identificado no âmbito do PDM de Ponta Delgada, constituído por conjunto rural composto por um edifício central e respetivos anexos, logradouro e anexos destinados ao apoio agrícola, construídos em alvenaria tradicional em blocos de pedra de basalto argamassados, com cobertura em madeira e telha regional.

Este imóvel apresenta claros sinais de abandono e degradação e de estar devoluto.

A CA considera suficientes os dados de caracterização apresentados.

#### Capítulo 4 – IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES

O RT inicia o capítulo com a apresentação da metodologia utilizada para a identificação, caracterização e avaliação dos impactes, identificando as fases de construção e exploração associadas ao projeto, enquadradas nas ações que lhes estão associadas. Depois, por fator ambiental considerado mais relevante, o EIA identifica e qualifica os impactes que os autores perspetivam para o projeto.

A CA esclarece que, por norma, na apreciação da conformidade do EIA não se pronuncia sobre a avaliação, qualificação e quantificação dos impactes estimados, nem da adequação das medidas, para não influenciar os interessados que se manifestem na Consulta Pública, limitando-se nesta fase a apontar as imperfeições que considera significativas que importa alertar ou mesmo corrigir, desde que não haja erros que subvertam as conclusões de forma grave.

Seguidamente a CA irá expor, ainda os resultados da apreciação ao capítulo, relevando que, quando não houver qualquer aspeto significativo a referir para um dado fator ambiental, o mesmo pode estar omissa na listagem abaixo, onde se optou por expor preferencialmente as considerações que importassem esclarecer o público ou que devam ser aperfeiçoadas no RT.

##### **- Clima**

O EIA refere não serem expectáveis impactes neste descritor. A CA concorda e considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

### **- Geologia e Geomorfologia**

De acordo com o EIA e para este descritor, são expectáveis impactes, apenas, na fase de construção. São identificados, explicados e classificados os impactes previstos.

O RT apresenta medidas de minimização de carácter geral com aplicação à fase de construção do projeto.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

### **- Recursos Hídricos**

O EIA refere que se perspectivam impactes sobre os Recursos Hídricos apenas durante a fase de construção, sendo que na fase de exploração não são identificados quaisquer impactes.

O EIA identifica os seguintes impactes para a fase de construção:

- Contaminação de águas superficiais, classificado como negativo e pouco significativo;
- Alterações na dinâmica do escoamento superficial, classificado como negativo e pouco significativo;
- Contaminação das águas subterrâneas, classificado como negativo e pouco significativo;
- Diminuição da taxa de infiltração e recarga de aquíferos, classificado como negativo e significativo;

O EIA propõe medidas de minimização relacionadas com a contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Contudo, não são apresentadas propostas de minimização para os impactes “alteração da dinâmica do escoamento superficial” e “diminuição da taxa de infiltração e recarga dos aquíferos”. Considerando que estes impactes serão permanentes e um deles é classificado como significativo, alerta-se para a necessidade de salvaguardar a drenagem das águas pluviais, através do correto dimensionamento das respetivas infraestruturas. Assim, alerta-se para a necessidade de cumprimento do exposto na informação n.º 78/22, do ofício dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ponta Delgada, com o n.º de registo 3921, de 28 de junho de 2022.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

### **- Solos**

São identificados impactes para as fases de construção e desativação, sendo o mesmo objeto de classificação. Para a fase de exploração não são identificados impactes,

justificando o EIA com o facto de os mesmos ocorrerem, logo, na fase de construção. O EIA preconiza medidas de minimização para os impactes e não foi considerado necessário propor qualquer programa de monitorização.

A CA entende que, relativamente à ocupação do solo, é expectável que a mesma se altere, uma vez que as áreas serão infraestruturadas, pelo que se julga adequada a avaliação deste impacte (significativo e negativo).

A CA considera estarem reunidas as condições para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Ecologia**

A avaliação de impactes realizada no EIA incide sobre as fases de construção e exploração do projeto, onde são expectáveis impactes por via da remoção e perda do coberto vegetal e pela perturbação e afugentamento das comunidades faunísticas. O impacte é, ainda, alvo de classificação, em cada uma das fases.

O RT apresenta medidas de minimização de carácter geral com aplicação à fase de construção do projeto. A CA alerta para o facto do DL n.º 565/99, de 21 de dezembro ter sido revogado pelo DL n.º 92/2019, de 10 de julho, posteriormente alterado pela Lei n.º 25/2023, de 30 de maio.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Paisagem**

No que concerne à Paisagem, o EIA considera expectável a ocorrência de impactes, nas fases de construção e exploração sendo, os mesmos, objeto de explicação e classificação.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Ambiente Sonoro**

No que a este descritor respeita, o EIA considera expectável a ocorrência de impactes em ambas as fases do projeto, designadamente por via do incremento dos níveis sonoros. A CA reforça que, por norma, na apreciação da conformidade do EIA não se pronuncia sobre a avaliação, qualificação e quantificação dos impactes estimados, para não influenciar os interessados que se manifestem na Consulta Pública

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Qualidade do Ar**

De acordo com o EIA e para este descritor, são expectáveis impactes na fase de construção. Os impactes são objeto de classificação.

O EIA apresenta um conjunto de medidas de minimização, de alguma forma genéricas, sendo parte adequadas à mitigação dos impactes expectáveis no que a este fator ambiental concerne.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Gestão de Resíduos**

O EIA refere que, com a implementação do projeto, será inevitável a produção de resíduos, considerando expectável a ocorrência de impactes nas fases de construção e exploração, sendo os mesmos classificados. São apresentadas medidas de minimização para este fator ambiental e nenhum programa de monitorização específico.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Socioeconomia**

Para este descritor o EIA considera a ocorrência de impactes em todas as fases do projeto (construção e exploração). Os impactes são objeto de classificação, sendo que a mesma varia em função do impacte.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Património**

O RT identifica impactes para este fator ambiental apenas na fase de construção, através da demolição do património imóvel com valor arquitetónico.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### **- Impactes Cumulativos**

O EIA assume a ocorrência de impactes cumulativos e negativos, decorrentes da coincidência de trabalhos de construção ao nível da intervenção rodoviária perspectivada, quer pela construção da unidade comercial. Os efeitos cumulativos deverão acontecer, fundamentalmente, ao nível da produção de ruído, emissão de poluentes atmosféricos, concentração no ar de partículas em suspensão, bem como que respeita a congestionamento de tráfego ou limitações temporárias em termo de circulação de viaturas.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### Capítulo 5 – ALTERNATIVAS AO PROJETO

Em matéria de Alternativa ao Projeto, no EIA é considerada a alternativa “ausência de intervenção”, que no presente caso corresponde à não implementação do projeto; tendo, igualmente, sido considerada uma solução alternativa anteriormente equacionada pelo proponente, que previa o desenvolvimento de loteamento urbano de grande envergadura, destinado a edifícios de habitação multifamiliar, incluindo arranjos exteriores e infraestruturas urbanas. Esta alternativa é descrita em termos que nos parecem suficientes, incluindo pelo recurso a peças desenhadas.

O EIA realiza uma análise comparativa, no que concerne a impactes, entre o projeto proposto e a alternativa anteriormente considerada, existindo, inclusive uma tabela com as vantagens e desvantagens das alternativas.

A CA considera estarem reunidas as condições no âmbito deste fator ambiental para o EIA poder ser colocado à consulta pública.

#### Capítulo 6 – MINIMIZAÇÃO DE IMPACTES

O EIA dedica um capítulo à apresentação de medidas de minimização dos impactes apontados no capítulo anterior, sobretudo para a fase de construção.

Tendo em conta, de alguma forma, a coincidência de impactes negativos do projeto e da alternativa considerada, o EIA refere que as medidas de minimização seriam adequadas a ambas.

Na tabela de medidas de minimização é feita a identificação dos fatores ambientais sobre os quais ocorrerá a sua influência (das medidas).

A CA, no âmbito da análise da conformidade do EIA, não tem outros comentários a realizar no que concerne às medidas previstas, designadamente quanto à sua adequação, para não influenciar os interessados que se manifestem na Consulta Pública, limitando-se nesta fase a apontar as imperfeições que considera significativas que importa alertar ou mesmo corrigir.

#### Capítulo 7 – PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO

O EIA não preconiza, à partida, qualquer programa de monitorização, fundamentando a opção nos impactes identificados e à sua relevância. Tendo em conta o facto de só depois



da Consulta Pública a CA se pronunciar sobre a avaliação dos impactes e adequabilidade das medidas (para não influenciar a própria Consulta Pública), em sede de parecer final apreciará da necessidade de realização de programas de monitorização.

## Capítulo 8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CA não costuma pronunciar-se sobre as várias conclusões do EIA antes da realização da Consulta Pública.

### **3.2 – Resumo Não Técnico (RNT)**

O RNT começa por explicar no que consiste um Resumo Não Técnico, seguindo-se uma explicação acerca do procedimento e os aspetos mais relevantes deste, do estudo e dos objetivos do conjunto.

Seguidamente expõe uma síntese do conteúdo mais importante do RT equacionando os diversos fatores ambientais e os impactes sobre os mesmos.

Na generalidade o essencial da informação contida no RT está transposta no RNT, em termos que se entendem adequados.

## **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES**

A CA entende que o EIA se apresenta globalmente adequado, não tendo sido identificadas lacunas significativas. Assim, estão reunidas condições para que este documento possa ser declarado conforme com o disposto nos artigos 34.º, 35.º e 36.º do Diploma que define o Regime de AIA nos Açores, pelo que se propõe que a Autoridade Ambiental possa declarar a conformidade do mesmo, condicionada à entrega, pelo promotor, na autoridade ambiental, dos documentos em formato físico conforme legalmente estipulado e imprescindíveis à consulta pública.

Para o efeito, concede-se um período de 30 dias úteis, prorrogáveis a pedido do proponente, para entrega dos documentos impressos, sob pena do procedimento não prosseguir se o prazo indicado não for respeitado sem a realização atempada de uma solicitação a justificar a respetiva extensão, que deve vir acompanhada de uma data previsível para a posterior entrega, suspendendo-se, entretanto, a contagem de tempo até à receção dos elementos solicitados.

Entende-se, consequentemente, estarem reunidas as condições para que, após entrada dos documentos físicos, o procedimento possa transitar para a fase de Consulta Pública, devendo o presente parecer da Comissão de Avaliação integrar os documentos a disponibilizar nos locais da Consulta Pública.

Horta, 16 de maio de 2024

**P'la Comissão de Avaliação**